



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

VIVER, TRANSFORMAR E REINVENTAR A CIDADE HERMÉTICA

Mariana Vieira de Mello (Universidade de Brasília) - marianavieiramello@gmail.com
Aluna de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo pela UnB.

Viver, transformar e reinventar a cidade hermética

Reflexões sobre a apropriação cotidiana do Setor Comercial Sul,
em Brasília/DF como potencial instrumento de preservação e
planejamento urbano

INTRODUÇÃO

Brasília é inaugurada em 1950, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Mas a capital nasce antes, se cria às pressas após anos de pretensões, após séculos de ideais de colonizar o centro e estabelecer posse da terra. A cidade idealizada pelo poder se construiu nas mãos do popular, usou da força de trabalho de anônimos de todo o país, para então separar, segregar e dificultar o acesso à terra da esperança para os que mais a almejavam. As “cidades satélites”, que no Relatório do Plano Piloto (COSTA, 2018) não distariam mais de 15 km do centro, hoje chegam a 50 km, numa poli nucleação até então desigual e, entre outros interesses, em nome da preservação do conjunto urbanístico de Brasília.

Sendo a primeira cidade contemporânea a ganhar a definição, Brasília entra para a lista de Patrimônio Mundial da UNESCO em 1987, justificando-se por ser “obra prima do gênio humano” e “exemplo excepcional de conjunto arquitetônico, decorrente dos princípios urbanísticos da Carta de Atenas” (REIS, 2009). Segundo Reis (2009) o obstáculo da preservação urbanística da capital se insere na questão da cidadania, uma vez que devem ser garantidos o direito à cidade e o direito à memória, enquanto a valorização da vida cidadina precisa ser considerada um parâmetro de proteção do patrimônio. O processo de gestão da área tombada da cidade, entretanto, como afirma o autor, “se tem realizado em um ambiente politicamente atribulado, tecnicamente confuso, institucionalmente instável e operacionalmente descontínuo e deficiente”. A participação popular no processo de preservação não é contemplada, fruto de um processo burocrático e não inclusivo.

A preservação impositiva e não participativa termina por museificar e culturalizar os centros históricos, tornando espaços públicos produtos a serem comercializados e vistos como reserva e potencial espetáculo a ser explorado. A cultura que ali se estabelece passa então por um processo de banalização e esvaziamento de sentido, uma vez que a preservação não ocorreu de forma popular e voluntária (JACQUES, 2003). A homogeneização da cultura é um problema percebido em boa parte da paisagem contemporânea das capitais mundiais, principalmente dos centros urbanos, principais alvos da preservação em prol da exploração turística e imobiliária.

Lucio Costa, em sua idealização de Brasília, estabeleceu quatro escalas para esboçar as relações entre os espaços ou partes fundamentais que constituem o conjunto urbano construído, sendo identificadas por sua morfologia e práticas sociais (BOTELHO, 2009). São elas: escala monumental, escala residencial, escala gregária e escala bucólica.

O lugar geograficamente centralizado no Plano Piloto foi destinado à escala gregária, que seria o ideal espaço para encontros e trocas sociais, fato que vemos ocorrendo de forma espontânea na construção histórica dos centros

urbanos. A escala gregária como local priorizado na hierarquização da cidade, com localização central e convergente, abriga espaços burocráticos, comerciais, culturais e práticos. Há, portanto, maior densidade e verticalidade na paisagem, além de outros aspectos que contribuem para a concretização de um local de agregação, encontro e trocas sociais, afetivas, culturais, simbólicas. O rígido zoneamento monofuncional, entretanto, segrega o espaço e dificulta o êxito de uso que seja compatível com a real demanda por espaços (GOULART; LEITÃO, 2009).

Sendo uma recente capital, o que conhecemos comumente como centro não foi construído historicamente pela população local em Brasília, o que gera discordâncias em relação à identificação de um centro propriamente dito no imaginário popular. O Plano Piloto é extenso e diverso o suficiente para ser de todo um centro urbano, a Rodoviária-CONIC-Conjunto Nacional são compostos de não lugares, *shoppings centers* e locais de passagem (SILVA, 2008). Podemos identificar então, nos setores comerciais (em especial o Setor Comercial Sul) o ambiente próximo aos que se encontram nos demais centros urbanos brasileiros, principalmente pela importância da vida pedestre, da rua como espaço de trocas sociais, econômicas e culturais e da reunião da diversidade humana presente na cidade.

O Setor Comercial Sul (SCS) compõe provavelmente uma das áreas mais complexas da Escala Gregária. Acessível ao transporte público tanto por ônibus como por metrô, abriga sedes de corporações e instituições, bancos, comércio local e informal, escritórios, autarquias. A movimentação de corpos pelo espaço é frequente, principalmente durante o dia. O setor se torna palco para manifestações culturais e expressão artística urbana nos muros e ruas, onde atuam coletivos na promoção de eventos e apropriação espacial, como a execução de hortas urbanas e prestação de apoio social.

Se o centro é a hipérbole da cidade, o SCS é o exagero de Brasília, que pode ser visto nas suas calçadas, nas suas contradições, na sua arte urbana e seus problemas gritantes. Ao caminhar pelo espaço, é possível observar diferentes cores, cheiros, edifícios novos e antigos, reformas, lugares abandonados, expressões artísticas e a poética do cotidiano. Os corpos que circulam as ruas e becos o fazem por diversos motivos, alguns objetivos em seus destinos, outros usufruindo do espaço e da rua como potencialidade, ao mesmo tempo que recebem destes o que está posto.

O acesso popular ao centro a partir de suas vontades, seus modos de fazer, resiste às imposições formais provenientes do projeto urbano, à administração contraditória e à preservação conservadora, que, por vezes, serve mais aos interesses mercantilistas e à especulação imobiliária. O centro cultural da cidade é o que é graças ao povo. As pessoas que ali trabalham, moram e vivem devem ser guardiãs do que é e do que significa esse espaço. O Setor que temos é o que se constrói diariamente, pelo povo, e que precisa servir ao povo.

Diante deste panorama, o presente artigo tem como objetivo trazer uma análise da situação cotidiana do Setor Comercial Sul, em Brasília, e levantar o questionamento a respeito de como a vida cotidiana pode ser incluída na preservação do patrimônio e no planejamento urbano.

Na primeira parte do texto se analisa a produção do espaço na teoria de Lefebvre, utilizando elementos que ajudam a compreender as escalas da

produção do espaço, vida cotidiana, morfologia urbana do centro. A segunda parte aborda métodos de análise do corpo no espaço com base nas teorias de Debord, Certeau e em elementos políticos, em Tilly. A terceira parte trata de um panorama a respeito do objeto de pesquisa Setor Comercial Sul sobre a histórico de preservação patrimonial e as perspectivas para a região a partir de estudo documental. O item quatro discute os resultados da pesquisa e por fim, são apresentadas as conclusões finais.

Como metodologia foi realizado o mapeamento local qualitativo (pontos de interesse afetivo, caminhabilidade e identificação dos usos), aplicação de questionário à população, observação espacial e registros fotográficos da área. Foram realizadas entrevistas por telefone e virtualmente. A pesquisa aborda a apropriação do centro já sob os impactos da pandemia. Assim, buscou-se seguir os protocolos de segurança em saúde para a realização das etapas de campo.

Os mapas e fotos foram utilizados para compreender percursos e narrativas que revelam as possibilidades de exploração do espaço em correlação com a conformação espacial, revelando aspectos da vida cotidiana, morfologia e funcionamento do centro teorizados por Lefebvre. As entrevistas direcionadas à população e o levantamento de dados a partir do questionário realizado levantam percepções afetivas em relação ao espaço correlacionadas aos métodos de análise da experiência do corpo no espaço, bem como demonstram experiências políticas que se revelam nos discursos. As fotos também evidenciam expressões políticas intrínsecas às manifestações artísticas registradas, ao uso do espaço público, acampamentos utilizados de abrigo em pleno centro, demarcações de território e disputas consequentes.

Busca-se trazer uma contribuição à crítica ao patrimônio e ao centro contemporâneo, em especial o de Brasília, e da reivindicação da inclusão da potência da vida cotidiana nas práticas de planejamento e preservação do patrimônio.

1 A VIDA COTIDIANA NA CIDADE

A teoria lefebvriana contribui para a compreensão da importância da apropriação espacial advinda da população como potencial revolução, a ser incorporada nas decisões formais e provenientes do poder, como a prática do planejamento urbano e proteção do patrimônio. A compreensão do pensamento de Lefebvre a respeito da potência das práticas cotidianas se dá a partir dos conceitos teóricos da dialética da tríade, a revolução do cotidiano, assim como suas reflexões a respeito do centro e forma-função urbana.

Sua construção do pensamento a respeito da dialética da tríade se deu na obra “Produção do espaço”, em que Lefebvre (1991) explica a interligação entre espaço e tempo, que se produzem concomitantemente, sendo estes pré-condição e resultado da produção da sociedade, não havendo prevalência entre os dois. O espaço seria, então, simultaneamente, concebido, percebido e vivido.

O espaço concebido se estabelece a partir das representações do espaço, dominado pelas forças produtivas. Nele, há o estabelecimento de um valor de troca em que o pensamento se transforma em prática a partir da construção concreta (SCHMID, 2012).

No espaço percebido ocorre a prática espacial, em que se identificam as manifestações da natureza (transformada, dominada, apropriada) pela ação coletiva nas escalas familiares, de vizinhança, do indivíduo etc. Aqui, as decisões burocráticas se percebem a partir do estabelecimento de normas e projetos (Lefebvre, 1991).

O espaço vivido é o espaço de representação, da vida cotidiana dominada e experienciada passivamente a partir de um sistema de símbolos e signos não verbais modificados e apropriados pela imaginação (LEFEBVRE, 1991).

Segundo o autor, o cotidiano representa o espaço/tempo do qual decorrem aspectos profundos da existência, em que se identifica a experiência do corpo no espaço. O cotidiano seria então o lugar do corporal e do conflito, onde a improvisação e espontaneidade produzem criatividade e inventividade urbanos (CARLOS, 2017).

Em seus três volumes de “Crítica da vida cotidiana” Lefebvre (1991,2002,2014) identifica no cotidiano um potencial para a revolução de uma apropriação mais humana dos espaços, ao mesmo tempo individual e social, trazendo o ativismo nas ruas como ponto inicial da discussão.

No primeiro volume, publicado em 1947, Lefebvre (1991) discorre a respeito do avanço da sociedade de consumo advinda do pós-guerra e suas consequências para a reificação do homem. A modernidade, segundo o autor, teria instaurado o domínio do homem sobre a natureza e a própria vida, sendo este um domínio alienado uma vez que o homem se aprisiona em sua própria dominação e vida (LEFEBVRE, 1991). A alienação, que se estabelece a partir da divisão social do trabalho, do advento da tecnicidade e da relação dos homens com os objetos, deriva a perda do relacionamento com o outro e consequentemente diminui a sensibilidade entre as relações (CARLOS, 2017).

Para Lefebvre, “a arte de viver implica o fim da alienação” (LEFEBVRE, 1991, p.199), constituídas no cotidiano as possibilidades de criação e superação da alienação.

No segundo volume, de 1961, Lefebvre (2002) aprofunda a teoria das necessidades tomando como base a teoria de Marx e sistematiza conceitos instrumentais para a sociologia do cotidiano, a partir de categorias teóricas da noção de realidade, do vivido, do viver e da ambiguidade (LACOMBE, 2007).

O vivido é então o que se refere à realidade em si, o que é realizado, ligado às experiências sociais presentes e cotidianas. O viver é virtual, se define pelo que é possível viver, enquanto a ambiguidade é tida a partir das contradições do vivido e viver, do confronto do real com o possível (LACOMBIE, 2007).

No volume final, de 1981, Lefebvre (2014) reflete sobre a ascensão da tecnologia sobre a modernidade e suas consequentes rupturas e continuidades.

Ao abordar a dialética forma-função, Lefebvre (1991, 1999, 2011) contribui para a discussão a respeito dos espaços urbanos com destaque para o centro e a importância das ruas. A forma urbana, em seu sentido literal, acaba por definir limites, interior e exterior, público e privado, e se preenche pela vida social (LEFEBVRE, 1991, 1999), do que resulta a dimensão centro-periferia. O

centro se identifica como um espaço raro, simbólico, em que os conflitos e encontros se apresentam ativamente.

A renovação urbana, que se compreende a partir da abordagem da homogeneidade-fragmentação-hierarquização do espaço e tempo provocados pela modernidade (LEVEBURE, 1991) mostra que as transformações resultam em continuidades e descontinuidades, podendo gerar mudanças nos tempos da vida urbana e nos modos de uso e apropriação (CARLOS, 2017).

A obsolescência de espaços urbanos e usos antigos decorre desse processo, assim como a fragmentação do espaço que pode resultar na diluição da memória coletiva, sendo primordial a vida cotidiana como memória imaterial para a preservação da memória material (CARLOS, 2017).

A preservação conservadora e enrijecida possibilita o aprofundamento da obsolescência funcional e degradação dos espaços, sendo o Plano Piloto e em específico o Setor Comercial Sul espaços em que essa dinâmica se observa, com a manutenção das tipologias arquitetônicas e formalizações restritivas, que vão de encontro com as necessidades contemporâneas e de manifestações sociais espontâneas.

A rua, como espaço potencial para a experiência da corporeidade, ultrapassa os limites da funcionalidade e se mostra como palco do ordinário, sendo os anônimos agentes fundamentais para a construção da vida cotidiana, a quem se deve o acesso e a possibilidade de apropriação dos espaços públicos.

O entendimento da revolução urbana pela escala cotidiana significa, nesse sentido, dar voz aos coletivos sociais e culturais, aos agentes da cotidianidade nas ruas, abafada pela hegemonia de usos e classes sociais, pela valorização do privado sobre o público, pelas privações dos corpos mais vulneráveis (mulheres, homossexuais, transexuais, idosos) na experiência do espaço, pela prevalência do tempo do trabalho sobre o tempo do não-trabalho.

2 O CORPO NO ESPAÇO

Debord (JACQUES, 2003) e De Certeau (2003) contribuem para o pensamento acerca da experiência do corpo no espaço como crítica ao urbanismo moderno da sociedade de consumo do pós-guerra.

Debord e a Internacional Situacionista, ao proporem questionamentos a respeito do formalismo e funcionalismo do movimento moderno em arquitetura, incentivam a exploração do espaço a partir dos métodos de psicogeografia e da deriva, que pretendem possibilitar a prática espacial a partir dos desejos humanos e experiências comportamentais, em contramão daqueles impostos pela cultura dominante (JACQUES, 2003).

A psicogeografia busca compreender como as ambiências urbanas são compreendidas pelos cidadãos, sendo definida como um “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” (JACQUES, 2003. p.18). A deriva, por sua vez, consiste em uma técnica de andar pelo espaço sem rumo ou objetivo definido buscando registrar sensações, perdendo-se voluntariamente e escapando da rotina e objetividade, percebendo as influências

espaciais fortuitas e buscando uma experiência lúdica da cidade (JACQUES, 2003).

Certeau (1980), em sua obra “Invenção do Cotidiano” escreve sobre as pequenas rebeliões à ordem social estabelecida. Para o autor, a vida cotidiana tem singular importância, uma vez que atua transformando os corpos e os espaços numa reapropriação da produção sociocultural. Nesse sentido, os agentes da vida cotidiana não são apenas meros consumidores passivos da estrutura imposta, mas vão encontrar brechas em seus modelos, protagonizando micro rebeliões para se reinventar e operar a partir de suas táticas de consumo e o que Certeau (1980) denomina “bricolagem”, politizando práticas cotidianas e produzindo uma memória coletiva sem capitalizar, ou seja, “sem dominar o tempo”.

O enfoque é a força narrativa dos agentes usuais, que se dá sobre os “modos de fazer”, os quais se identificam na cultura popular e nos fenômenos sociais forjados na vida ordinária e na memória popular. Das brechas deixadas pela sociedade de controle surgem possibilidades reais de transformação e formas para que a população acesse seus objetivos (CERTEAU, 1980).

A arte de andar pela rua, proposta pelo autor, pretende compreender a linguística e performance, as “microredes” do cotidiano e as ambiências criadas pelos diversos grupos sociais a partir do lugar do corpo no discurso. A rua geograficamente definida pelo urbanismo transforma-se em lugar pelos pedestres (CERTEAU, 1980).

Tilly contribui com a compreensão instrumental da ação coletiva na contemporaneidade. O autor traz o conceito de “repertório” para analisar as formas de fazer manifestação em cada momento histórico. Segundo ele, estas poderiam ser divididas em três grupos: competitivas, para expressar rivalidades dentro de um sistema constituído; reativas, para defender direitos ameaçados; proativas, para reivindicar “novos direitos”. Para o autor, a eficácia instrumental de um repertório deriva de sua novidade, de um tensionamento constante por criatividade e inovação que a persistência da luta implica (TILLY, 1978).

Tilly analisa também as formas de formação de alianças e conflitos entre os grupos sociais nas ações coletivas da contemporaneidade. Segundo ele, os “Ciclos de Protestos” são períodos de alta mobilização social e as “Oportunidades Políticas” são momentos históricos oportunos às grandes lutas sociais (Miller, 2000). Alguns pontos de convergência entre as ações coletivas dos tempos do neoliberalismo são identificados pelo autor, como o uso das redes para articular as alianças entre os movimentos sociais, o uso da comunicação interpessoal como forma de fortalecer a identidade coletiva dos movimentos sociais e a aproximação dos campos da política e da cultura, com suas dimensões cognitivas, afetivas, simbólicas ou morais.

O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outros indivíduos cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários (MCADAMS et al., 2009), que podem incluir as performances e as manifestações artísticas.

As táticas dos coletivos que atuam no SCS incluem microprojetos de resistência, como hortas (No Setor, Aroeira), intervenções artísticas (Transverso), pequenas intervenções urbanas (MOB, Labirinto), eventos-festa onde diluem temas políticos como “Beco-elétrico”, carnaval, “Cinema Urbana”, as lutas dentro da institucionalidade, pela voz em Conselhos (IAB, No Setor) e luta pelas redes sociotécnicas organizadas (BR Cidades, IAB), geralmente difundida no espaço das mídias pelos microcircuitos (rádio comunitária, jornal comunitário, Barba na Rua).

3 O SETOR COMERCIAL SUL

É contraditório que o gesto agregador de que parte princípio a escala gregária no projeto de Brasília não privilegie a rua como promotor principal do encontro urbano e suas múltiplas possibilidades. O desenho da cidade se mostra direcionado ao deslocamento em automóvel, símbolo da modernidade e tecnologia. Lefebvre (1968) observa a importância do centro como possibilidade de criação e potencialidade humana para além da prevalência do poder estabelecido e da mercantilização do espaço, buscando restituir a centralidade, o encontro, a festa.

A morfologia que se observa no SCS corresponde à estabelecida no urbanismo modernista europeu consagrado na reconstrução pós-guerra, havendo grandes quadras, edifícios lâmina em projeção, ruas internas fechadas.

Apesar de ser um dos pontos que tornam a cidade característica, a excessiva setorização e formalismo são desafios encontrados na construção de trocas afetivas e inclusivas, uma vez que não favorece a dinâmica urbana. A própria setorização de um centro comercial abre espaço para usos acentuados durante o horário comercial e vazios nos demais horários, em lugar de um aproveitamento total do espaço.

A formalização moderna, vista principalmente na conformação vertical composta de grandes edifícios, entra em contraste com a vida informal horizontal, composta pelos pedestres fortuitos, por ambulantes e trabalhadores que constroem diariamente suas barracas com grande diversidade de produtos. Os agentes da vida formal, que percorrem as ruas do Setor, se beneficiam e utilizam da atividade informal que ocorre no solo, sendo esta apoio ao comércio que as lojas não atendem ou percepção de uma demanda comercial da cidade contemporânea.

As zonas centrais do Plano Piloto são definidas como prioritárias para revitalização urbana no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de 2009, estando entre as estratégias de revitalização a preservação do patrimônio e a readequação da dinâmica urbana. As diretrizes para a política de habitação do PDOT incluem viabilizar o aumento de áreas destinadas a programas e projetos habitacionais para todas as faixas de renda, preferencialmente em áreas urbanas já consolidadas. Para a preservação do patrimônio as diretrizes incluem revitalizar áreas de interesse cultural, como é o caso do Setor Comercial Sul.

O interesse da implementação do uso residencial nas áreas centrais em Brasília envolve tanto questões mercadológicas quanto a diversificação de usos com o propósito de dinamizar o centro e ocupação mais eficiente do solo urbano.

O rígido zoneamento funcionalista que se preserva foi questionado no documento Brasília Revisitada, de Lúcio Costa (1986), em que recomenda:

Reexaminar os projetos dos setores centrais, sobretudo os ainda pouco edificadas, no sentido de propiciar a efetiva existência da escala gregária – além da Rodoviária e dos dois Setores de Diversões – prevendo percursos contínuos e animados para pedestres e circulação de veículos dentro dos vários quarteirões, cuja ocupação deve, em princípio, voltar-se mais para as vias internas do que para as periféricas. Neste mesmo sentido, não insistir na excessiva setorização de usos no centro urbano – aliás, de um modo geral, nas áreas não residenciais da cidade, excetuando o centro cívico. O que o plano propôs foi apenas a predominância de certos usos, como ocorre naturalmente nas cidades espontâneas (COSTA, 1986. p.119).

A proposta de alteração de função através do projeto para moradias no Setor Comercial Sul, submetida pelo Governo de Brasília (GDF) para deliberação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) está em análise pelo Órgão, que emitiu nota demandando revisão da proposta inicial e a apresentação de legislação consolidada e detalhada (DUTRA, 2021).

O SCS está em área privilegiada de preservação do patrimônio no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), dentre as áreas de maior valor. No plano estão previstas na região zonas de interesse social (ZEIS). Entretanto, a aprovação do PPCUB não se efetiva até o momento, e ainda demonstra conservadorismo na estratégia de preservação, citando inclusive a baixa densidade populacional como fator a ser preservado no Plano Piloto (BRASÍLIA, 2017).

O nivelamento de importância entre a circulação de pedestres e veículos é um dos problemas percebidos nos planos de ordenamento territoriais até então decretados. Não existe a priorização da experiência do pedestre ou da rua como geradora do encontro, mesmo nas áreas centrais. Essa hierarquia é percebida pelo uso do automóvel como principal meio de locomoção no SCS, havendo lotação dos estacionamentos e grandes espaços destinados aos carros.

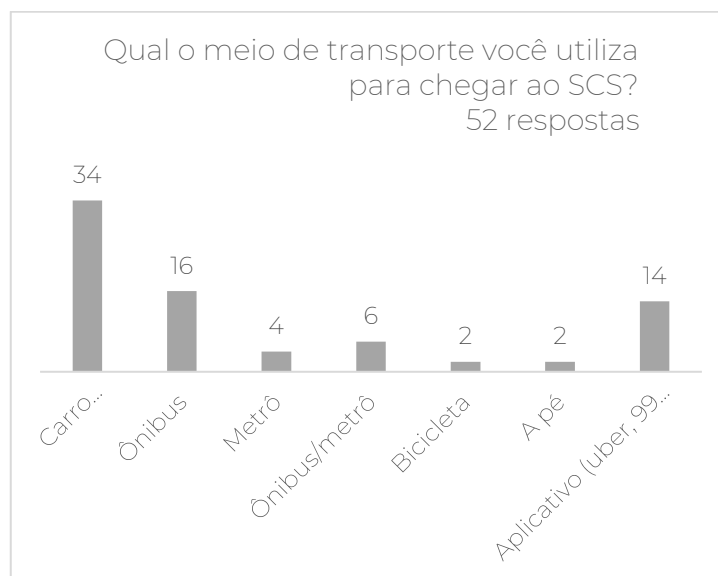


Gráfico 1 - Meio de transporte utilizado para chegar ao SCS. Fonte: da autora (2021).

Na proposta do projeto “Viva Centro!”, apresentado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) em 2020 é levantada a necessidade de participação de diversos agentes sociais (não havendo um plano específico de ação de como se daria essa participação) que compõe a vida no centro para a realização do projeto. É estabelecida como principal estratégia de instrumento de preservação a dinamização do espaço, principalmente das funções de uso.

Além do reconhecimento do Setor Comercial Sul como potencial centro cultural e a latente necessidade de reforma física do setor, que se iniciou com a reforma da praça do povo, em 2021. Os objetivos do projeto demonstram a aposta na habitação como fator de mudança com a argumentação de que a dinâmica urbana seria acentuada, sendo solução para o problema do esvaziamento que a setorização pode causar.

A habitação social se insere no projeto como possível resposta ao problema da moradia. O público-alvo prioritário para o programa de habitação é definido como os atores que contribuem com a vitalidade e manutenção do espaço atualmente, embora não estejam claras as pessoas que se incluem nesse perfil. A faixa de renda atendida pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF) para habitação de interesse social é de até 12 salários-mínimos, sendo um amplo público para a aplicação da proposta. Por se aplicar numa área predominantemente comercial, a habitação no SCS não se propõe para atendimento de famílias que procuram um bairro tranquilo, mas sim para um público jovem e que busque se aproximar do trabalho e da efervescência cultural do centro.

Uma vez que um dos maiores problemas identificados após a aplicação de operações urbanas seja a gentrificação, a requalificação dos espaços urbanos traz a necessidade de que se possibilite a real diversidade requerida pelo estabelecimento de camadas sociais diversas não apenas na moradia, um desafio das políticas urbanas que reclamam por inclusão. A proposta, nesse sentido, parece muito menos uma forma de incluir a habitação social no centro por uma necessidade de inclusão social urbana, mas sim uma estratégia para atender superficialmente demandas populares.

O interesse do mercado imobiliário sobre as áreas centrais ocorre naturalmente, e nesse caso, existe atração em ocupar as salas comerciais vagas do Setor com usos lucrativos, como a habitação bem localizada. O uso da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU) é apontado como atrativo, com possibilidade para uso habitacional para maiores ganhos fundiários.

Um dos pontos levantados na proposta é a dispensa de aumento de vagas de veículos, que se espera ser apoiado pela disponibilidade de transporte público e estilo de vida fomentado, mas que também se encontra em linhas gerais até o momento.

A necessidade de assistencialismo à população em situação de rua que se encontra no local entra em pauta também, sendo citada pelo documento de exposição do projeto pela SEDUH (2020). As diretrizes para a abordagem das circunstâncias envolvem a inserção da população no mercado de trabalho a partir da capacitação profissional e geração de emprego, apontando também para a necessidade de criação de uma rede de apoio para essa camada social. Entretanto, não é percebida uma priorização de ação em relação à essa camada

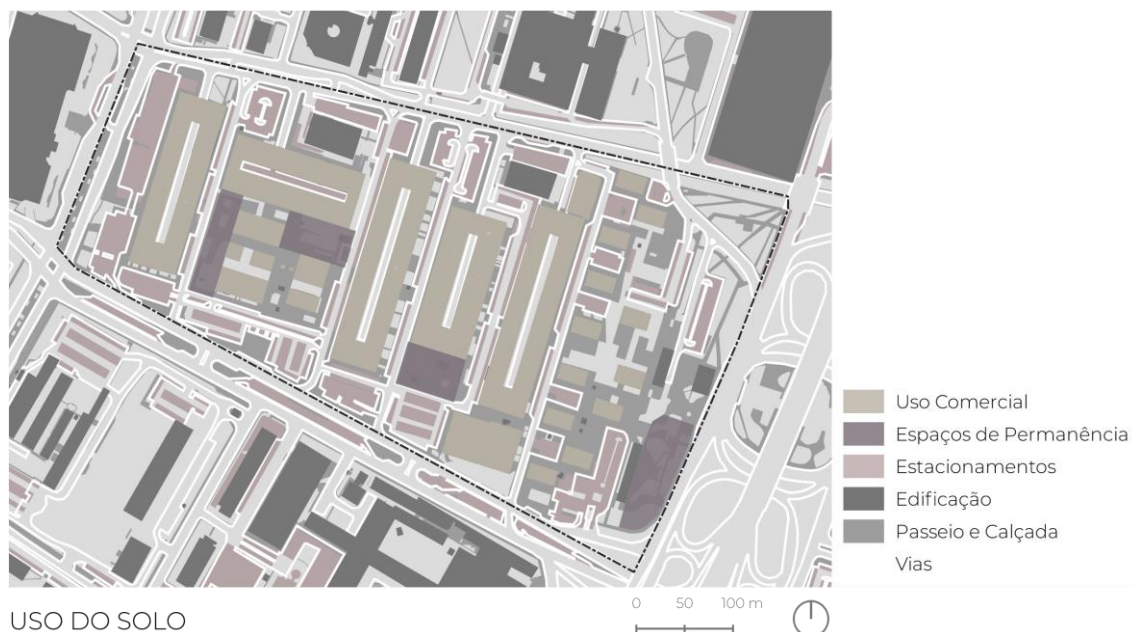
da população, sendo os objetivos ainda vagos e pouco direcionados de fato, como por exemplo, à espera de que a população em situação de rua se qualifique voluntariamente em cursos gratuitos (SEDUH, 2020).

O Setor Comercial vive então a tensão aproximada da dicotomia do patrimônio *versus* esvaziamento enfrentada por diversas cidades historicamente, principalmente causado pelo abandono administrativo, que resiste até que “não haja saída”, a não ser uma grande reforma que altere desde a paisagem até as pessoas que vivem e utilizam o centro. O inegável valor, em diversos sentidos, da dupla centralidade do Setor Comercial Sul, centro da capital, por sua vez centro do Brasil, é visto com olhar de natural interesse para a construção de mais um espaço lucrativo para comercialização no Plano Piloto.

4 APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO NO SCS

O espaço é resultante de decisões em diferentes escalas. Na escala do espaço concebido, o projeto pode representar o ato político da construção da capital moderna no interior do país. Na escala do espaço percebido, representa o conflito instituído pela regulação governamental, dividida entre proteger o desenho e zoneamentos modernistas e garantir as dinâmicas de reprodução da cidade (e do capital), entre acumulação e legitimação (POULANTZAS, 2000). Na escala do vivido, representa a espaço da pulsação da metrópole, da reprodução da vida e do trabalho (formal e informal), assim como o tempo do não-trabalho, da festa, do encontro. O zoneamento funcionalista promove a ocupação desigual do espaço, trazendo apropriações distintas no tempo do não-trabalho.

Ocupando centralidade em Brasília e abrigando diversos pontos de interesse, além de ser um espaço intermediário entre a Rodoviária e a via W3, de predominante comércio, o Setor Comercial Sul tem ruas movimentadas, o que favorece a atividade comercial e de serviços, a que se destina a área total de estudo no zoneamento atual (Mapa 1).



Mapa 1 - Mapa de Usos. Fonte: da autora (2021).

Podem ser observados três tipos de atividade terciária predominante: a que ocupa as salas corporativas dos edifícios, geralmente com funções de serviços, e que, portanto, é pouco vista ao andar pelo espaço; a que ocorre nos comércios do térreo e que atendem tanto a quem trabalha quanto quem circula pelo local; e aquela feita pelo comércio montado diariamente por trabalhadores informais (Figura 1). Além disso, espaços de permanência são utilizados pela população que ali trabalha para momentos de descanso ou interações sociais.



Figura 1 - Galeria (feira diária de comércio informal) II. Fonte: da autora (2021).

Segundo dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) (CODEPLAN; DIEESE, 2021), a taxa de desemprego no DF em janeiro de 2021 é de 18,1%, índice que se mantém estável desde a pesquisa anterior, mas que está acima da média em relação a índices nacionais. Apesar de sempre ter ocorrido nas ruas do Setor Comercial Sul, sem dúvida, a taxa de desemprego contribui para o aumento da necessidade familiar de investir em trabalho informal, que se destaca nas ruas e galerias do SCS (Figura 2). Inere-se, portanto, que a ocupação dos espaços reflete questões macro da política social e econômica do país.

As quatro praças que se localizam na área são propícias à permanência e à possibilidade de desenvolvimento de feiras e eventos urbanos. A Praça do Povo foi recém reformada pela SEDUH e reinaugurada em outubro de 2021, possibilitando um espaço urbano com mobiliário de qualidade e possibilidades de apropriação. O comércio circundante e os usuários em geral se beneficiam com a requalificação do espaço. No cotidiano são também utilizadas pela população que se abriga no Setor Comercial Sul, sendo observados acampamentos e abrigos improvisados. Os canteiros são aproveitados para a construção de hortas. Além disso, as quatro galerias em sequência constroem o caminho mais confortável e contínuo ao pedestre, apesar de ser interceptado por escadarias e trânsito de carros. O local concentra as vendas informais no Setor, principalmente pela grande quantidade de transeuntes.



Figura 2 - Horta urbana do No Setor. Fonte: da autora (2021).



Figura 3 - Galeria (feira diária de comércio informal) I. Fonte: da autora (2021).

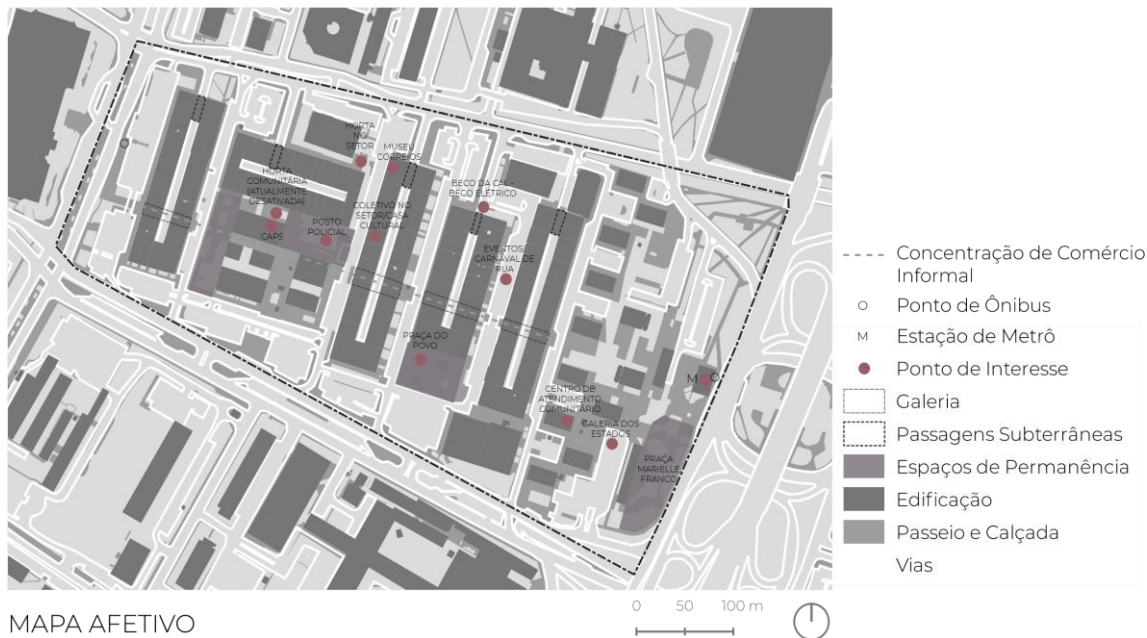
A centralidade e disponibilidade de comércio e serviços foram fatores positivos ressaltados nas entrevistas aos usuários do espaço, que respondem: “É um local que possui uma grande variedade de pessoas, comércios” (Entrevistado). “Tem uma localização central na cidade, próximo de equipamentos urbanos importantes e com acesso fácil ao transporte público. Você consegue achar tudo aqui - se você precisa de banco, mercado, tem próximo. *Shoppings* têm dois” (Entrevistado). “É um grande polo comercial e é importante para a história do brasileiro” (Entrevistado). Enquanto outros questionam pontos que melhorariam a atividade comercial: “por ser centro

comercial de Brasília teria que ser melhor em relação ao comércio, trazer órgãos público para cá, investimento na segurança” (Entrevistado).

O SCS é um lugar de muito movimento e que você sente o ritmo da cidade. Acho um lugar interessante para se observar pessoas, tem muito comércio e serviços úteis e que são importantes para a sociedade. Também percebo de forma positiva todos os movimentos culturais e sociais que ocorrem lá, que nos lembram que as formas que ocupamos locais dita como eles serão em segurança, conforto e receptividade (Entrevistado).

Os pontos de interesse (Mapa 2) demonstram ainda a efervescência cultural observada no Setor (Figura 3). Os coletivos atuantes com diferentes interesses, como: o coletivo No Setor, que busca organizar apoio social aos moradores em situação de rua do local, além de organizar eventos culturais, feiras urbanas e estudos da área; Beco Elétrico e Samba Urgente que promovem festas utilizando-se dos espaços urbanos com preços acessíveis e muitas vezes gratuitos (anteriormente à pandemia de COVID-19); o Coletivo Aroeira, que cultiva hortas urbanas(Figura 4) pelo DF que construiu por anos uma horta no canteiro próximo ao Centro de Atenção Psicossocial Candango (CAPs), e que foi desativada pelo GDF em 2021; o Barba na Rua, que presta apoio à população em situação de rua, além de ser porta-voz de movimentos a favor dos direitos urbanos.

Além disso, o Setor Comercial Sul abriga um dos maiores carnavais de rua do DF, o Setor Carnavalesco Sul, organizado pelo coletivo No Setor e que no último ano realizado (2020), teve o maior número de blocos a serem apresentados na capital, contando com 50 grupos (LIMA, 2020).



MAPA AFETIVO

Mapa 2 - Mapa Afetivo. Fonte: da autora (2021).

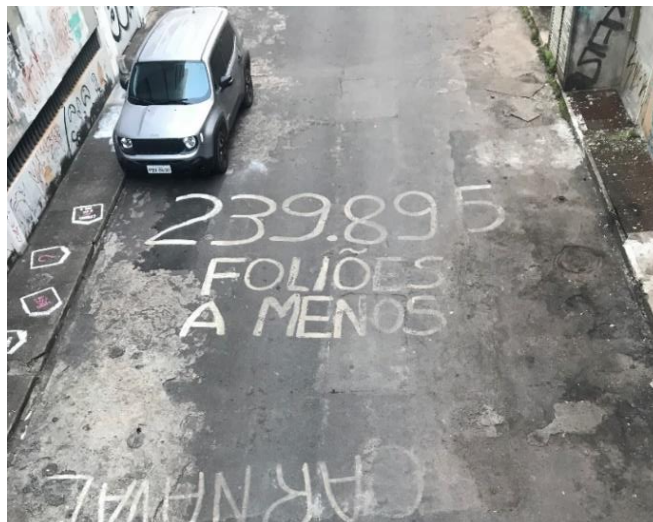


Figura 4 - Manifestação artística nas ruas. Fonte: da autora (2021).

As respostas dos entrevistados que demonstram interesse por mais eventos culturais ou atrativos de lazer reforçam o entendimento de centralidade e potencialidade do SCS. “O que mais tem é banco. Gostaria que tivessem árvores, praças, fontes d’água. Gostaria que houvesse mais espaços residenciais, voltados a população em situação de rua. E comércios noturnos como bares, restaurantes” (Entrevistado). Eu vejo mais comércio e gostaria de ver mais opções culturais e habitação. Alguma coisa para atrair as famílias” (Entrevistado).

Os usuários frequentes do espaço, como os que ali trabalham, apresentaram afastamento afetivo em relação aos elementos da paisagem e até mesmo dos eventos culturais que ali ocorrem, sendo mais procurados por pessoas que não frequentam o Setor Comercial Sul diariamente. O cinza e as necessidades de reforma são percebidos, mas também aparecem os grafites e os lambes como elementos de destaque observados na paisagem. Os elementos que representam apropriação por meio da população como arte urbana chamam atenção do observador (Gráfico 2), assim como espaços de passagem e que possibilitam permanência.

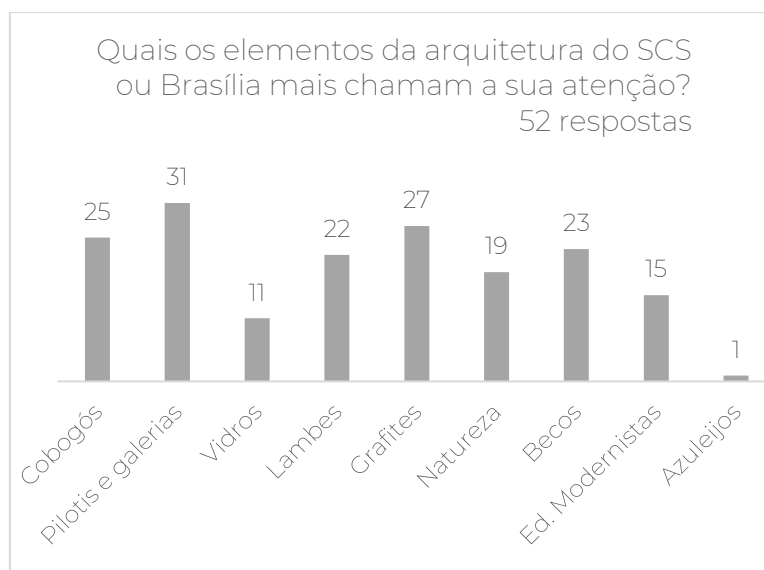


Gráfico 2 - Elementos de arquitetura atrativos para a população. Fonte: da autora (2021).



Figura 5 - Apropriação do espaço urbano. Fonte: da autora (2021).

Uma percepção frequente a respeito do espaço é a de excesso de informação e conseqüentes confusões que se originam da grande movimentação urbana. Segundo os relatos: “Os espaços são muito barulhentos, tem muita gente gritando, com microfone, som alto. É muito barulhento, parece uma feira” (Entrevistado). Outros veem essa efervescência de forma positiva: “Sinto que a paisagem é extremamente urbana, mas não de um jeito ruim - gosto do efeito que a circulação de pedestres dá ao ambiente, acho as artes urbanas lindas e sinto que refletem a realidade local” (Entrevistado).



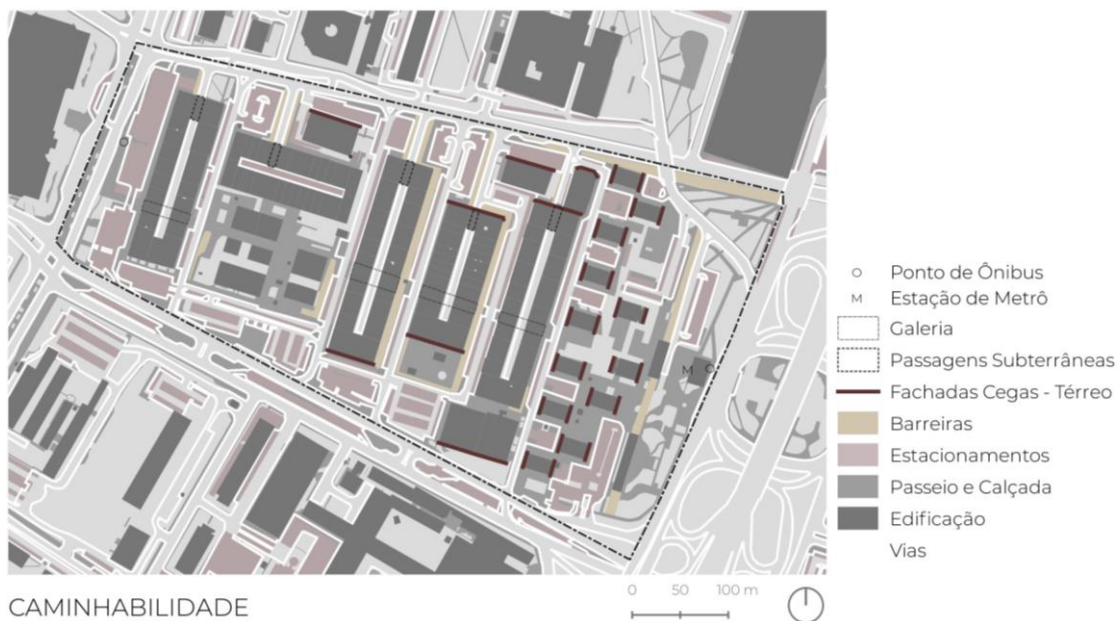
Figura 6 - Manifestações artísticas nos muros. Fonte: da autora (2021).

O movimento de corpos e atividades contrasta bastante com o desenho urbano, que destaca a presença de carros pelas ruas que cortam os percursos pedestres e pela presença de grandes estacionamentos fragmentados pelo

espaço, como pode ser observado no mapa de uso do solo (Mapa 1) e de caminhabilidade (Mapa 3) e que dificultam a acessibilidade para apropriação espontânea. A massiva quantidade de estacionamentos públicos no centro é uma característica específica de Brasília, sendo o automóvel muito presente na cultura urbana da capital.

Apesar de ser um espaço de centralidade e acessível tanto por ônibus quanto por metrô e ser percorrido a pé, de uma ponta à outra em menos de 15 minutos, os estacionamentos do Setor Comercial Sul estão majoritariamente ocupados. O desenho urbano de Brasília como um todo favorece essa dinâmica, além do sistema de transporte público ineficiente e os grandes percursos a serem percorridos até as Regiões Administrativas.

A presença de barreiras e escadarias também se destaca, por dificultarem a movimentação dos corpos pelo espaço e criarem obstáculos ao aproveitamento de espaço (Figura 5). Outro fator importante a ser observado é a presença de becos subterrâneos (Figura 6), que são usados no cotidiano como estacionamentos ou espaço para carga e descarga, e para possibilitar acessos aos níveis inferiores dos edifícios. A população se apropria desses espaços para manifestações artísticas (Figura 3, Figura 7), para abrigos e para a realização de eventos, como é o caso do Beco da Cal, entre outros.



Mapa 3 - Mapa de Caminhabilidade. Fonte: da autora (2021).



Figura 7 - Barreiras e escadarias. Fonte: da autora (2021).

A sazonalidade de ocupação é visível, sendo o Setor mais ativo e movimentado durante o horário comercial, fato que se exalta com a falta de diversidade de usos causada pela setorização. “Durante o dia é lotado e durante a noite o espaço morre, fica abandonado” (Entrevistado). A falta de qualidade dos espaços urbanos fica ressaltada durante a noite. Os finais de semana são também momentos de baixa circulação de pessoas ou comércio em atividade. Podem ser observados, então, contrastes e extremos em relação a movimentação urbana. “Está abandonado. Muito sujo, mal cheiro. Agora está mais cheio de moradores de rua. (Entrevistado). “O lugar me parece com cores acinzentadas e frias e cimento escuro” (Entrevistado).

Quando perguntados sobre os problemas do Setor Comercial Sul, os entrevistados muitas vezes associaram o lugar à sujeira, insegurança, descuido. “Já ouvi muitas histórias de assalto por lá, e, por ser próximo a rodoviária e à estação de metrô e também por ter muita população em situação de rua, normalmente me sinto inseguro nesses ambientes ‘marginalizados’” (Entrevistado).

A falta de movimentação nas ruas durante a noite causa maior sensação de se estar no escuro, proporcionando um ambiente hostil para o pedestre, causado pelo esvaziamento da rua e dos edifícios ao redor. A carência de qualidade para o pedestre são impasses para o caminhar no centro e a consequente utilização das potencialidades do centro. “Acho inseguro devido a pobre iluminação do local” (Entrevistado). “O local fica deserto em determinados horários” (Entrevistado). Apesar de a falta de iluminação ter sido muito citada, o Setor Comercial Sul é um dos únicos lugares do DF com luzes de LED e possui muitos pontos bem iluminados pela infraestrutura urbana. A falta de luz referida diz respeito à luz dos edifícios, que se desocupam durante a noite.



Figura 8 - Beco. Fonte: da autora (2021).

A obsolescência que se registra a partir de prédios com estrutura antiga e mal preservada é observada pelos entrevistados, quando perguntados a respeito das melhorias que se esperam a respeito do local. “O espaço está decadente” (Entrevistado). “Têm muitos prédios com uma estrutura envelhecida” (Entrevistado). “Tem muitos prédios bonitos, que estão bem conservados, mas tem muito prédio abandonado” (Entrevistado). “Falta manutenção dos prédios” (Entrevistado). “Olha, têm muitos prédios velhos. Têm muitos moradores de rua, não é muito agradável não” (Entrevistado).



Figura 9 - Acampamentos nas marquises. Fonte: da autora (2021).

A apropriação pelos moradores em situação de rua (Figura 9) é muito citada nas respostas quando se pergunta a respeito dos fatores que interferem na sensação de segurança no espaço, demonstrando o afastamento social em relação a essa problemática e suas consequências para o espaço urbano. Um dos entrevistados afirma: “A única coisa que incomoda é ver diariamente a quantidade de pessoas sem abrigo, dormindo no chão com jornais, papelões. por fora das galerias se acumula muito lixo nas ruas e alguns dos espaços deveriam ser revitalizados, como a praça e a horta que recentemente foi destruída” (Entrevistado).

Ações para afastar esses moradores são percebidas com a presença de seguranças ou a construção de barreiras físicas para que não se invada as marquises (Figura 10), exemplificando disputas territoriais e políticas.



Figura 10 - Marquise restrita. Fonte: da autora (2021).

Questionadas sobre a moradia no centro, 57,7% responderam que concordam e 42,3% que não. Algumas falas a favor e contra mostram: “Não tem espaço. Quem morasse lá não teria qualidade de vida com a movimentação do lado” (Entrevistado). “Sim, para aproveitar melhor a ocupação urbana. “Sim, para melhorar o ambiente. Não ficaria tão largado, especialmente de noite. os moradores cuidariam mais. Se for bem-organizado, sim” (Entrevistado). Outros, discordam: “Não, porque é um setor comercial e de lazer, o barulho noturno e diurno não combinaria com moradias” (Entrevistado). “Como o nome já diz é comercial!” (Entrevistado). “Bom, primeiro porque o próprio nome já diz: é um setor comercial. Eu acho muito difícil conseguir reverter o abandonado para moradia. As pessoas não têm segurança para morar aqui” (Entrevistado). “Porque aqui é tudo setorizado, né? Eu acredito que tem que seguir o padrão. Vai se tornar uma bagunça” (Entrevistado). “Porque o SCS foi feito para escritório/banco/comércio e lazer” (Entrevistado).

CONCLUSÕES

Conclui-se que as estratégias de preservação e planejamento urbano atuais carecem de participação coletiva e pouco reforçam as possibilidades de identificação afetiva do usuário com os lugares pré-concebidos pelo desenho urbano. A maioria dos usuários encontra afastamento emocional em relação à situação do centro, muitas vezes não se vendo como agentes ativos do espaço. Os espaços no Setor Comercial Sul necessitam mudanças de qualificação dos espaços públicos, como melhoria do mobiliário urbano, fachadas ativas e paisagismo de qualidade. A apropriação da recém reformada Praça do Povo demonstra a potência de ocupação que o local oferece.

Os espaços urbanos no Setor Comercial Sul favorecem a dinâmica do automóvel e apesar do acesso possível pelo transporte público, existe uma hierarquia que se observa pela quantidade de estacionamentos e caminhos interrompidos por vias para carros e barreiras que atravessam os fluxos. A diversidade de modais de transporte pode ser um fator que alimente a dinâmica urbana e crie espaços de permanência ativos.

A apropriação informal que se manifesta na dinâmica urbana contrasta com a destinação inicial do SCS, de um lugar burocrático e estritamente comercial. A transformação do espaço, então, é necessária para evitar a obsolescência e degradação física do local.

A diversidade cultural é um fator interessante da área, e que acaba por gerar usos em horários não comerciais, qualificação da paisagem através da arte urbana, que é reconhecida e valorizada pelos usuários, uso e ocupação dos espaços coletivos na cidade com hortas e eventos como o carnaval. Portanto, deve ser valorizada e ampliada para que atenda e abarque também os trabalhadores locais e pedestres que utilizam o espaço apenas como passagem.

A diversidade de usos pode ser também um fator que alimente essa dinâmica, uma vez que diminui as extremas movimentações sazonais no Setor. Entretanto, sua aplicação deve ser cuidadosa, considerando a necessidade de que o espaço seja ocupado por aqueles que historicamente o construíram.

Apesar das mudanças necessárias, as medidas que provoquem a gentrificação e segregação da população ativa no local precisam ser analisadas para que não ocorram, uma vez que esvaziam a vida cotidiana elaborada espontaneamente pela população, que precisa estar ativa para que perdure a ocupação popular. Os principais usuários devem ser respeitados e incluídos no processo de preservação.

Localizado na centralidade da capital, o SCS é alvo de disputas territoriais que envolvem o poder estadual, o mercado e os usuários, sendo estes capazes de revolucionar o espaço a partir de suas apropriações.

Nesse sentido, a apropriação urbana através da diversidade cultural, das manifestações populares e espontâneas devem ser observadas para o entendimento da potencialidade da construção da cidade através do cotidiano, importantes para que a preservação efetiva e que carregue significado real.

Alimentar a dinâmica urbana através da valorização da rua como espaço de trocas, encontros, vazão de criatividade e transformações, prezando a experiência do pedestre e suas necessidades afetivas, como sensação de segurança, identificação pessoal com o espaço, pertencimento e reconhecimento próprio como agente transformador do ambiente urbano, abre caminho para um planejamento urbano mais humano e que se volte ao usuário e suas necessidades.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Lídia Adjuto. O princípio das escalas no plano urbanístico de Brasília: sentido e valor além da proporção. In: Leitão, Francisco (organizador). Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro. Brasília: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, 2009.

BRASÍLIA, Governo de. Plano de preservação do conjunto urbanístico de Brasília PPCUB. Brasília: PROJETO DE LEI MINUTA PLC PPCUB (11186391), 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole. São Paulo: LABUR EDIÇÕES, 2017.

COSTA, Lúcio. Brasília revisitada 1985-1987. Revista Projeto, v. 100, 115-122, 1986.

_____. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: IPHAN, 2018.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. Petrópolis: EDITORA VOZES, 1998.

CODEPLAN, DIESSE. PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Brasília, 2021.

DUTRA, Francisco. Iphan veta projeto para residências no Setor Comercial Sul. Metrôpolis, Brasília, 2 de setembro de 2021. Disponível em:

<<https://www.metropoles.com/distrito-federal/iphan-veta-projeto-para-residencias-no-setor-comercial-sul>>.

GOULART, Maurício G.; LEITÃO, Francisco. Escala Gregária. In: Leitão, Francisco (organizador). Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro. Brasília: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, 2009.

JACQUES, Paola Berenstein (organização). Internacional situacionista. Rio de Janeiro: CASA DA PALAVRA, 2003.

_____. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 6, n. 1, 32-39, 2003.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. Revista Outubro, ed. 17, artigo 05, 145-172, 2008.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Oxford: BLACKWELL, 1991.

_____. Critique of everyday life. Vol. I. Londres, Nova York: VERSO, 1991.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Critique of everyday life. Vol. II. Londres, Nova York: VERSO, 2002.

_____. Direito à cidade. São Paulo: CENTAURO, 2011.

_____. Critique of everyday life. Vol. III. Londres, Nova York: VERSO, 2014.

LIMA, Irlam Rocha. Setor Carnavalesco Sul acolhe maior número de blocos e é revelação da folia. Correio Braziliense, Brasília, 20 de fevereiro de 2020. Seção Diversão e Arte. Disponível em: <

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/02/20/interna_diversao_arte,829152/setor-carnavalesco-sul-acolhe-maior-numero-de-blocos-e-e-revelacao-da.shtml>.

POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: GRAAL, 1980.

REIS, Carlos Madson. Preservação do conjunto urbanístico de Brasília: alguma coisa está fora da ordem. In: Leitão, Francisco (organizador). Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro. Brasília: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE, 2009.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. São Paulo, GEOUSP – espaço e tempo, n. 32, 89-109, 2012.

SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação). Viva Centro! Programa de Revitalização do SCS. Brasília: GDF, 2020.

SILVA, Inaê Elias Magno da. Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília. Cronos, n. 1, 35-64. Natal, 2008.

TILLY, Charles. From Mobilization to Revolution. Nova York: RANDOM HOUSE, 1978.